

POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO EM LAZER NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP¹

Recebido em: 18/12/2008

Aceito em: 04/03/2009

*Gustavo André Pereira de Brito*²
FACEX – Natal – RN – Brasil

*Nelson Carvalho Marcellino*³
FACIS – UNIMEP – Piracicaba – SP – Brasil

RESUMO: Esse artigo, por meio de uma combinação entre pesquisa bibliográfica e de campo, tem como proposta buscar entender o processo de formação e qualificação para atuação profissional dos recursos humanos que atuam nos programas e projetos de lazer desenvolvidos pela Secretaria Municipal e Esportes, Lazer e Atividades Motoras (SELAM), no município de Piracicaba. É, portanto, um estudo de caso. As técnicas de coleta de dados foram à observação participante, através de diário de campo, e instrumento aplicado diretamente aos Funcionários que atuam na área do Lazer. Entre as várias conclusões a que chegamos, destacamos que é imprescindível que a instituição pesquisada mantenha processos contínuos de qualificação e desenvolvimento dos profissionais e dos voluntários em lazer, mas é preciso também que os próprios profissionais, hoje professores de educação física, encarem que o aprendizado é um processo contínuo e não termina com um curso de graduação ou de pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Preparação profissional. Políticas públicas. Formação de professor.

PROFESSIONAL FORMATION POLICY FOR PERFORMANCE IN LEISURE IN PIRACICABA CITY/SP

ABSTRACT: Through the combination of bibliographical and field research, this article aims at understanding the process of formation and qualification for the professional performance of the human resources acting in the leisure programs and projects developed by the Municipal General Office of Sports, Leisure and Motor Activities (SELAM), in the city of Piracicaba - SP. Thus, it is a case study. Data were

¹ Esse estudo é parte da Dissertação de Mestrado, que tem como título: Formação e qualificação para atuação profissional em lazer: o caso da política pública de Piracicaba/SP. Defendida em 20/12/2007, pela linha de pesquisa em Corporeidade e Lazer, na Unimep.

² Mestre em Educação Física, professor da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal/RN, integrante do GPL (grupo de pesquisa em lazer) – Unimep SP, britogustavo@hotmail.com.

³ Livre docente em Educação Física - Estudos do Lazer, docente do curso de Educação Física da Unimep – Piracicaba SP, Pesquisador do CNPq, líder do GPL (grupo de pesquisa em lazer) – Unimep SP, nmarcel@unimep.br

collected through participant observation, by means of a field journal, and through an instrument applied directly to the employees acting in the field of leisure. Among the several conclusions we came to, we emphasize that it is vital that the investigated institution maintains ongoing processes of qualification and development of professionals and volunteers working with leisure, but it is also necessary that the professionals themselves, now physical education teachers, understand that learning is an ongoing process that does not end with an undergraduate or a masters degree.

KEYWORDS: Leisure. Professional preparation. Public Policies. Teacher training

Introdução

Com o avanço cada vez mais crescente na tecnologia de produção, o homem moderno dispõe de mais tempo para outras atividades que não as profissionais. Esse tempo liberado do trabalho é cada vez mais disputado entre as obrigações sociais, familiares, religiosas e os momentos de lazer.

Atualmente muito se fala em lazer, porém não falta quem tente direcionar o tempo disponível dos sujeitos na busca do lucro, do lazer ditado pela indústria cultural⁴. Entretanto, para oportunizar vivências de lazer de forma contextualizada com as questões sociais, nesse tempo disponível do indivíduo, é preciso discutir políticas públicas na área para que toda a comunidade tenha realmente acesso a ele.

Outro fator importante, para oportunizar vivências críticas e criativas, é buscar entender a interdisciplinaridade⁵, sobretudo quando se levanta questionamentos sobre a

⁴ “Conjunto de bens culturais, difundidos pelos meios de comunicação de massa, impondo formas universalizantes de comportamento de consumo.” (FREITAS *et al*, 2004, p.112). Assim, os meios de comunicação de massa representam a degradação da cultura, levando à derrocada a idéia de sujeitos autônomos e livre, tendo em vista que diante de meios que não exigem nenhum esforço de pensamento, os indivíduos tornam-se uma massa passiva e indiferente às questões sociais, tornando-se fácil a sua manipulação.

⁵ No lazer, como em algumas outras áreas, como são muitas as disciplinas que compõem um corpo de conhecimento, é importante manter amplas relações entre essas diferentes disciplinas, para isso, são definidas três possibilidades de abordagem disciplinares: 1) Multidisciplinar, é aquela onde diversas disciplinas enfocam um problema ou desafio, essa é a abordagem mais comumente visualizada; 2) Interdisciplinaridade, é a integração de conceitos e idéias de diferentes disciplinas, como aspecto fundamental de um projeto maior; e 3) Transdisciplinar, é o mais elevado nível de integração educacional (diversos campos de conhecimentos) procurando chegar a uma solução ou resolução de um problema. (TRIGO, 1998).

prática profissional, tendo em vista que o lazer deve ser entendido como um campo multiprofissional, cabendo atuação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, e não tratá-lo como reserva de mercado para determinada profissão.

O não entendimento dessa interdisciplinaridade no lazer pode gerar resistência à adesão de profissionais de outras áreas que não as normalmente associadas a ele, como educação física, turismo e hotelaria, além de rejeitar também a participação de voluntários, o que acabaria restringindo as possibilidades de contribuir na formação de sujeitos capazes de compreender e combater a ordem estabelecida.

Esse estudo refere-se ao entendimento da política de formação e qualificação dos profissionais (animadores socioculturais) que atuam em programas e projetos de lazer.

A cidade de Piracicaba foi escolhida por critérios de representatividade, como sua vocação natural para o lazer, o rio que atravessa a cidade, festas comemorativas tradicionais, forte atuação da prefeitura junto ao esporte e ao lazer nas últimas décadas, além da acessibilidade.

O local/órgão escolhido para a realização da pesquisa foi a Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, por ser a Secretaria responsável pela sistematização das atividades de lazer do município.

A escolha dos profissionais foi do tipo não probabilística, intencional por critérios de acessibilidade e representatividade. Como representatividade: o expressivo número de profissionais atuando com o lazer, a quantidade de equipamentos específicos do lazer na cidade, a tradição de atividades de lazer no município.

O número de sujeitos para a pesquisa foi definido a partir da saturação dos dados, ou seja, ao se tornarem repetidas as respostas, encerramos a aplicação dos questionários. (MAGNANI, 1982).

Como técnicas de coleta de dados foram utilizadas: observação participante, com anotações em diário de campo, e questionários com os profissionais.

Dessa forma, temos como objetivo diagnosticar qual a formação e como se processa a qualificação para atuação profissional dos técnicos que atuam nos programas e projetos de lazer desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, da prefeitura da cidade de Piracicaba-SP.

Lazer e Política Pública

Esse lazer que estamos falando necessita de um embasamento teórico, principalmente para acabar com o estereotipo de que para atuação na área basta somente o aprendizado de técnicas ou “receitas” prontas das chamadas atividades recreativas, fato esse no mínimo contraditório, pois sem conhecer a teoria do lazer esses “profissionais” tendem a acabar desenvolvendo apenas o “tarefismo” no intuito de divertir ou estimular o descanso dos indivíduos que iriam procurar o lazer na perspectiva de relaxar das tensões do seu dia-a-dia fatigante, podendo assim recuperá-los para voltar a sua rotina estressante de trabalho.

De acordo com Marcellino (1996), apesar da importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligado à qualidade de vida nas cidades, essa crescente valorização não vem sendo acompanhada por ações do poder público, de grande quantidade e qualidade, nem com o desenvolvimento sistematizado de políticas na área.

No intuito de estabelecer estas políticas, Requixa (1980) destaca que se deve considerar algumas diretrizes que atuam com igual valor e importância para o seu desenvolvimento, que são: a ordenação do espaço; a reordenação do tempo; e a política de recursos humanos, onde estão incluídas a política de animação e a formação e

qualificação dos quadros para atuação, que apesar de serem coisas distintas, sendo a primeira à operacionalização dos recursos físicos, das áreas de lazer, dos equipamentos e das instalações, além da criação e aplicação de atividades, pelos recursos humanos, os chamados animadores socioculturais; e a segunda tratar do desenvolvimento dos quadros por meio de programas de formação básica, de capacitação, reciclagem e de aperfeiçoamentos contínuos para as várias funções no âmbito do lazer, são constantemente confundidas.

Outra confusão conceitual, segundo alguns autores como Bramante (1995), Pinto (1996), Marcellino (1996), Zingoni (1998), entre outros, refere-se às políticas de lazer, ou políticas públicas de lazer, que na maioria das vezes são traduzidas como políticas de atividades, e em alguns casos como políticas de distribuição de materiais esportivos, ou de construção de espaços públicos para a prática de atividades, sem, contudo, haver a preocupação com a participação humana consciente, que é a vida desses espaços.

Contudo, para que realmente se tenha uma ação efetiva no lazer é imprescindível entender que para a criação de políticas públicas é necessário traçar objetivos mais gerais que concretizem a cidadania e autonomia dos indivíduos, buscando a sua liberdade e igualdade de direitos, pois políticas de atividades ou democratização do acesso aos equipamentos de lazer, por si só, não bastam, apesar de ser extremamente importante disponibilizar as mesmas oportunidades para todos. O que não se verifica, de acordo com Cristan (1990, p.188), tendo em vista que, para a autora, os direitos a “igualdade e liberdade de escolha estão vinculados ao poder de compra, e os melhores equipamentos, é claro, estão nas mãos de uma elite”. Além do fato de que a liberdade de escolha de uns “está entre andar de jet-ski ou pilotar uma kawasaki, enquanto que para outros está [apenas] entre assistir Silvio Santos ou ver o programa do Faustão”.

Enquanto não houver uma política pública de lazer voltada para a formação humana e consciente dos sujeitos, o espaço que o lazer deveria ocupar na sociedade é rapidamente absorvido pelo tempo de um mercado consumista, da indústria cultural que ocasiona o esvaziamento da memória cultural.

No Brasil, as políticas públicas de lazer podem ser consideradas, como uma intervenção exercida por autoridades ou por agentes sociais e pelo Estado, porém, é importante não acreditar que somente uma área de investimento público irá solucionar todos os problemas da população.

Turino (2005, p.134-135) afirma que:

Dar como solução apenas maior oferta de equipamentos de lazer não resolve o problema. São notórios os casos em que quadras esportivas, pistas de *Skate* ou salões sociais, construídos sem o necessário acompanhamento, sem programação dirigida ou manutenção permanentemente, antes de se transformarem em espaços integrados, são áreas que se degradam, tornando-se espaço de segregação, discórdia e violência.

Esse isolamento das ações no lazer acarreta também uma acirrada disputa pelo controle da agenda dessas áreas, objeto de prestígio e de poder local. Sem falar que esses espaços acabam sendo excludentes, com frequência de um público predominantemente masculino e adulto, os “donos do pedaço”.

O lazer deve ser entendido no sentido humanista como libertador, onde por meio de suas vivências, os sujeitos tenham a possibilidade de parar para refletir utilizando-se da alegria para isso, ou seja, entender o mundo através das brincadeiras, fantasias e jogos.

Entretanto, o lazer, talvez por ser um tema transversal, acaba tendo interpretações diversas e limitadas, de acordo com Marcellino (2002, p.13), isso ocorre por que:

Grande parte da população ainda associa o lazer às atividades recreativas, ou a eventos de massa, talvez pelo fato de que a palavra tenha sido largamente utilizada nas promoções de instituições com atuação dirigida ao grande público.

Além disso, o mesmo autor ainda coloca que esse fato é reforçado quando os meios de comunicação de massa divulgam as atividades separadamente, em verbetes consagrados como: teatro, cinema, exposições, esporte, entre outros, e não congregam todas elas como lazer, o que seria o mais correto.

O lazer, de acordo com Marcellino (1987, p.31), é entendido:

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada e fruída), no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.

Apesar dos problemas gerados pelo entendimento restrito do lazer, e mesmo tendo sido deixadas brechas na Constituição (BRASIL, 1988) para a criação de políticas públicas assistencialistas, essa nova abordagem do lazer como direito, vem acarretando por parte do governo uma atenção especial, porém a escassa participação popular⁶ no processo de concepção, operacionalização e acompanhamento das políticas públicas faz com que essas muitas vezes nem saiam do papel, e quando saem, são socialmente limitadas e pouco representativas.

Assim, para superar esses problemas e outros como desperdícios, mau planejamento dos espaços, falta de recursos humanos qualificados tanto para gestão

⁶ “A participação da população nos rumos das políticas públicas é entendida como a intervenção constante e de oportunidade homogênea da população [...] almeja atingir a efetividade das tomadas de decisão, definindo diretrizes políticas em conjunto com a população, para depois torná-las práticas sociais concretas, bem como possibilitar à sociedade civil espaço para que fiscalize os destinos que o legislativo e o executivo dão as verbas públicas.” (AMARAL, 2003, p.41) Com isso, a população acaba por aceitar e internalizar que além dos direitos existem deveres cruciais em prol de se viver verdadeiramente em sociedade, onde os indivíduos se conscientizam e não depredam os espaços públicos, diminuem os gastos desnecessários, pois a partir desse momento eles se sentem realmente donos dos espaços e pertencentes à comunidade.

quanto para a atuação, entre outros, devemos ter como pressuposto a participação coletiva na construção do conhecimento, na discussão, reflexão e avaliação das práticas de lazer, tendo em vista a elaboração de uma política de interesse comum.

Com isso, a educação para e pelo lazer (duplo aspecto educativo do lazer)⁷ pode trazer efetivamente a melhoria na qualidade de vida, a partir do momento em que ela gera o desenvolvimento integral dos cidadãos. Já que segundo Pinto (1998, p.53):

[...] do ponto de vista do desenvolvimento pessoal, [o lazer] contribui para nos atualizar sobre nós mesmos, exercitando sentimentos, organismos, sonhos, músculos e nossa coordenação, apurando nossos mecanismos lógicos e técnicas de expressão corporal, conscientizando-nos sobre a expressão da nossa vida e uso do nosso corpo, restaurando energias, desafogando tensões, estimulando desejos, motivações e o aperfeiçoamento da nossa personalidade.

É verdade que mesmo que não se fizesse a conexão entre as diversas possibilidades de desenvolvimento geradas pelas vivências de lazer, coisa que seria impossível, tendo em vista a interdependência social, cultural e política, o lazer já seria imprescindível para a vida humana pelo seu caráter de desenvolvimento pessoal, tendo em vista gerar no indivíduo um acrescentamento à personalidade ao adquirir conhecimentos que lhe permitirá compreender, de forma diferente, determinados fenômenos, podendo influenciá-lo numa nova atitude frente a antigas questões.

Quanto ao desenvolvimento social, de acordo com Reixia (1980, p.51) é por meio dele que:

⁷ O lazer pode ser um veículo privilegiado de educação, quando mesmo cumprindo objetivos consumatórios ou objetivos relaxantes e prazerosos, contribui para a compreensão da realidade, e as atividades de lazer favorecem o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos, por meio do reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade; Entretanto, para que esses sujeitos possam desenvolver-se por meio do lazer é importante conhecer todas as possibilidades (conteúdos culturais) e para isso é importante que esses indivíduos sejam educados (para o lazer), com o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilite a mudança do nível conformista para o crítico e criativo. (MARCELLINO, 2002).

O homem terá, então, meios para melhor compreender sua posição no grupo; na comunidade, na sociedade, em geral; para revestir-se de responsabilidades e discernir seu papel de participante, na realização dos objetivos maiores da sociedade.

Isso ocorre, por meio das múltiplas relações críticas e criativas, o autoconhecimento, o conhecimento do outro e conseqüentemente uma maior e melhor participação na comunidade e na construção do mundo.

Pensando nisso, Pinheiro (2003, p.140) destaca que uma política pública realmente democrática seria aquela na qual, todos os setores da população, já incluídos pelo princípio da universalidade, tivessem a possibilidade de controlá-la de forma direta e transparente. Isso implicaria a adoção de mecanismos de participação popular por meio dos quais, toda a população pudesse de fato participar da construção da política na totalidade de suas instâncias: planejamento, decisão, execução, fiscalização e avaliação, notadamente políticas dirigidas para setores específicos da população, situação na qual a participação direta dos beneficiários é fundamental.

Todavia, não podemos perder de vista que existem algumas limitações circunscritas à participação popular junto às políticas públicas, pois, Amaral (2003, p.90) aponta que:

Muitas acusações estão presentes nos discursos de autoridades nacionais e internacionais, sendo as mais freqüentes: a de que o povo é incompetente, incoerente e irresponsável; o povo é conservador e preconceituoso; o povo é vulnerável aos grupos de pressão e influenciável pelos superorganizados; o povo é dominado pelas paixões e pela tirania da maioria.

Contudo, não devemos ser derrotistas e esquecer que se por um lado à participação popular pode significar um espaço para que entidades populares disputem o controle e a destinação de verbas públicas, tendo em vista o exposto acima, por outro lado ela pode ser um meio de legitimar a política do Estado diante da população; basta

que para isso, haja uma educação capaz de tornar os sujeitos mais participativos nos processos de construção dos projetos da sua comunidade.

Para alguns autores como Marcellino (1987), Bramante (1992), entre outros, as políticas públicas de lazer devem ser entendidas como políticas de Estado ou pelo menos com o desenvolvimento de ações transversais, com articulações intersetoriais entre as diversas secretarias que compõem o governo.

Com isso, Matos (2001, p.119) afirma que:

O direito ao lazer significa mais do que ações específicas, mas uma rede de serviços para possibilitar o acesso digno à sua vivência: emprego, saúde, educação, transporte, infra-estrutura urbana, dentre outros. Significa possibilitar condições de realização global de viver dignamente.

As ações articuladas entre as secretarias formariam um conjunto de atividades com vistas a garantir uma melhor qualidade de vida para a população em geral, sendo intervenções críticas e criativas com a participação de todos e não somente das classes dominantes ou das classes oprimidas.

Ao invés disso, via de regra, as secretarias acabam por apenas oferecer eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem ter nenhum reflexo social, acabando por reforçar as desigualdades existentes.

Além dessa desarticulação das secretarias, a falta de preparo dos quadros sejam dirigentes, profissionais ou voluntários, é outro fator de extrema importância que influencia na formulação das políticas municipais no campo do lazer, onde, é esperada uma política de recursos pessoal que vise qualificá-lo, por meio de cursos para aprimoramento técnico com a formação continuada de base humanística.

Sobre isso, Matos (2001, p.132) reconhece que os diversos atores – profissionais e voluntários – envolvidos no processo de formação devem ser reconhecidos como agentes do processo e valorizados como sujeitos de suas ações, e:

[...] que ninguém é dono do saber e nem existe uma verdade única, mas a construção dos saberes se constrói num ir e vir incessante entre as diversas áreas do conhecimento sistematizado e do vivido, daí surgindo novas sínteses e a construção de novos conhecimentos.

Assim, é imprescindível a formação e qualificação permanente do pessoal para atuação no campo do lazer.

Formação Profissional para Atuação em Lazer

Toda e qualquer idéia sobre formulação de políticas de lazer, sejam elas públicas ou não, necessariamente implica num pensar sobre a formação profissional e em processos de qualificação permanentes, isso permitirá uma prática mais próxima da dialética onde o lazer é fruto da sociedade e incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam.

A formação profissional é entendida, segundo Ramalho e Gauthier (2004, p.84) como:

O processo permanente de aquisição, estruturação e reestruturação de condutas, saberes, habilidades, ética, hábitos inerentes ao desenvolvimento de competências para o desempenho de uma determinada função profissional.

Quando falamos sobre formação profissional nos referimos a uma formação permanente que tem início com a graduação, mas não deve parar nela, além de sofrer influências das experiências pré-profissionais⁸.

Os autores colocam que:

Metaforicamente, podemos imaginar um esquema espiralado crescente para representar como as competências se relacionam com o desenvolvimento profissional, norteado inicialmente pelo processo formativo inicial [graduação], ponto de partida da profissionalização, revelando como elas devem ir surgindo como um recorte que se amplia e se desenvolve de forma contínua, sucessiva. (RAMALHO; NUNEZ; GUATHIER, 2004, p.85).

⁸ Experiências desenvolvidas antes do ingresso nos estudos de nível universitário.

A formação profissional aqui defendida é aquela articuladora da teoria com a prática. Apesar de que, nas universidades, via de regra, essa formação acaba sendo gerada de forma dicotomizada, havendo uma clara divisão entre teoria e prática, onde inicialmente (primeiros anos) são trabalhadas somente as questões teóricas, sendo deixado o desenvolvimento prático para os últimos semestres; essa desarticulação provoca, muitas vezes, o sentimento de que os discursos não correspondem às propostas praticadas.

Concordamos com Werneck (2000, p.146) quando diz:

Anseio pelo profissional que, fundando-se na sua *práxis*, pensa sobre os sentidos de sua ação, interrogando-se sobre possíveis alternativas para determinadas situações, planejando e avaliando os resultados alcançados coletivamente. Cultivar o sentido de uma comunidade que existe enquanto se busca o gosto por uma sociedade alicerçada na discussão e no respeito à diversidade.

A prática social real na área do lazer é o espaço privilegiado para a formação das competências necessárias ao início do exercício da profissão dos chamados animadores socioculturais. É a partir dessa prática que os profissionais são capazes de refletir e de produzir conhecimentos sobre o seu trabalho.

Conforme Linhares (1996, p.39):

Tomar a prática vivida pelos alunos como o ponto inicial do planejamento e da implementação do ensino parece, assim, ser algo que precisa ser feito, e bem feito. [...] Embora tal princípio esteja sempre presente no discurso acadêmico, sua aplicação ainda é insatisfatória.

Além disso, a reflexão da prática acaba sendo insuficiente quando não se dispõe de recursos metodológicos e teóricos que permitam uma nova *práxis* profissional.

É preciso, contudo, prestarmos atenção para o fato de que, muitas vezes, “a relação entre a consciência prática e a ação é tão forte que agimos de forma rotineira sem nos darmos conta das coisas que realizamos”.(BENINCÁ E CAIMI 2002, p.21).

Defendemos com isso, que a formação profissional não deve estar limitada somente ao domínio do conhecimento, mas necessita também de uma reflexão ética sobre o uso desses conhecimentos.

Fávero (1996, p.66) ainda nos afirma que:

Aceitar a formação profissional como um processo significa aceitar, também, que não existe separação entre formação pessoal e profissional. Implica reconhecer que não há uma formação “fora” de qualquer relação com os outros, mas “dentro” da relação com a realidade concreta. Mesmo a autoformação pelo estudo e a reflexão individual não deixam de ser uma forma de confronto de experiências vivenciadas por outros.

Outra reflexão é necessária quando falamos sobre a formação das competências necessárias a atuação profissional, pois, Ramalho; Nunez; Gauthier, (2004, p.84) afirmam que:

Delimitar as competências a serem trabalhadas na formação inicial possibilita criar uma referência comum para os formadores dos futuros profissionais e pode orientar os futuros profissionais no próprio processo da sua formação [...] Essas competências são declaradas desde o início e norteiam o processo formativo.

Assim, a formação, seja ela na área do lazer ou não, deve expressar as competências necessárias para o início de uma atividade profissional, procurando revelar as peculiaridades do conhecimento (saberes, habilidades, competências, atitudes, etc) da profissão.

Werneck (1998, p.06) afirma que:

É preciso que a formação profissional no lazer busque superar esses limites e possibilite a aquisição de diferentes competências, pois as sociedades modernas exigem práticas de ensino que valorizem o pensamento crítico, a flexibilidade e a capacidade de questionar padrões sociais, ou seja, requisitos culturais que têm implicações não somente na autonomia, mas também na responsabilidade dos sujeitos.

Assim, Cauduro (2003, p.36) lembra que o profissional de lazer deve desenvolver algumas habilidades e atitudes específicas para o bom desempenho do seu trabalho. Esse profissional tem o importante papel de auxiliar a ampliação dos canais de

informação das pessoas, especialmente daquelas que são sistematicamente excluídas em relação ao lazer, alertando para as possibilidades de educação e desenvolvimento, o que pode ser também proporcionado nas vivências de lazer.

Para que a ação profissional ou voluntária contribua com o efetivo exercício de cidadania e com a melhoria da qualidade de vida, no sentido de tornar a realidade mais justa e humanizada, os indivíduos que atuam no lazer devem ser críticos (inclusive tendo a capacidade de reflexão crítica sobre a prática); criativos; devem saber trabalhar em equipe; saber gerir projetos e pessoas; ter conhecimentos específicos e habilidades diversas; devem conhecer e respeitar a diversidade cultural; ter habilidades para lidar com situações complexas; além de exercerem suas responsabilidades pedagógicas e políticas.

O Ponto de Vista dos Profissionais

Para chegarmos aos profissionais realizamos um levantamento dos equipamentos específicos de lazer existentes na cidade de Piracicaba/SP, junto a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - SELAM e a Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente - SEDEMA, onde obtivemos a relação de mais de oitenta espaços, o que foi organizado em Marcellino *et al* (2007, p.167-173) como Patrimônio Urbano de Esportes e Lazer de Piracicaba, sendo divididos em Centros Esportivos e de Lazer; Parques Municipais de Lazer; e Equipamentos Periféricos de Esporte e Lazer.

Com base nessas informações, escolhemos equipamentos que contemplassem todas as regiões da cidade; todas as três categorias de equipamentos acima mencionadas; e todos os tamanhos (grande, médio e pequeno porte), totalizando assim 15 espaços.

Para participar da coleta, foram estabelecidos os seguintes critérios:

- Vinculação profissional com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM;
- Ser formado ou estar em formação, tendo em vista que pesquisamos o profissional;
- Atuar com atividades de Lazer, mesmo que seja no Setor de Esporte ou no Setor de Atividades Motoras;
- Atuar nos equipamentos pesquisados;
- Concordar em participar da investigação, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Esse estudo se caracterizou como um estudo qualitativo, onde o foco está nos significados que são atribuídos pelas pessoas, havendo assim, uma descrição mais detalhada dos fenômenos e comportamentos. Os dados têm uma maior riqueza de detalhes e profundidade, cabendo ao pesquisador ter habilidades para observar, registrar e analisar as interações reais entre as pessoas e os sistemas. Nessa perspectiva “estabelecem-se qualidades a serem medidas. São consideradas as questões da pesquisa, onde os instrumentos de medida utilizados são questionários”.(BOENTE, 2004, p.12).

No início da nossa observação participante (quatro primeiros dias) nos deparamos com a falta de profissionais nos equipamentos específicos de lazer, fato depois justificado, tendo em vista que a maioria dos profissionais da SELAM não trabalham aos feriados, nem nos finais de semana, salvo em dias de competições ou festivais. Isso nos chamou muito a atenção, principalmente por nesse período termos verificado a maior circulação da população pelos espaços, utilizando-os de formas variadas, inclusive, por vezes, danificando-os, sendo importante lembrar que é

imprescindível a atuação de animadores socioculturais em momentos alternativos, principalmente conhecendo o que acontece nas comunidades, quais são as suas preferências de atividades e também quais os melhores horários para que elas aconteçam.

Continuando a pesquisa fomos encontrando os profissionais que de forma muito solícita nos receberam, e logo percebemos que o conhecimento de lazer, da maioria, era restrito aos conteúdos físico-esportivos, desenvolvendo suas atividades de maneira coerente com seus discursos limitados no tocante ao lazer. Poucos profissionais utilizam o elemento lúdico como facilitador nas suas atividades, buscando entender as necessidades e anseios dos participantes para desenvolver uma prática que envolvesse a maioria deles.

De acordo com Godoy (1992, p. 37), o exposto acima acontece:

[...] devido a fatores de tradição cultural na formação dos quadros profissionais de órgãos públicos, ligados ao esporte e ao lazer, a predominância (em volume e quantidade dos trabalhos ligados aos interesses físicos e esportivos), fica bastante evidente em nossa Secretaria [referindo-se a SELAM].

O mesmo autor continua ainda dizendo que:

É claro que essa evidencialização nos esportes e atividades físicas, enquanto opção de lazer, não ocorre por iniciativa dos órgãos públicos e seus profissionais de uma forma isolada. Esses órgãos e seus profissionais estiveram, e ainda estão bastante influenciados pela “mídia”, pelos interesses comerciais, e por nossa cultura de lazer que privilegia o esporte em detrimento de outras opções culturais. (GODOY, 1992, p.37).

Godoy (1992) vai mais longe ao afirmar que apesar dos conteúdos físico-esportivos também possibilitarem descobertas e mudanças de atitudes, é mais difícil verificarmos a passagem dos níveis conformistas, para o crítico e o criativo, nessa área, por várias razões desde os movimentos higienistas e sanitaristas.

Após a observação participante nos equipamentos específicos de lazer buscamos mais informações, por meio da aplicação de questionários com os profissionais, cujo grupo foi constituído das seguintes características: 09 profissionais do sexo feminino e 03 do masculino; todos efetivos do quadro da Secretaria e mais da metade atuando há mais de 10 anos no setor, com carga-horária de 40 horas semanais.

Quanto à formação profissional, levando em consideração que tratamos aqui da formação acadêmica, tendo em vista o exposto anteriormente em nosso referencial teórico, encontramos uma situação favorável à boa atuação, porém limitada ao desenvolvimento dos conteúdos físico-esportivos do lazer, já que todos os profissionais questionados (100%) têm nível superior completo, sendo todos professores de educação física. Isso acontece pelo fato da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM atuar, até o momento, apenas com profissionais dessa área, sendo um dos pré-requisitos para prestar concurso para as funções desempenhadas no órgão. A complementação dessa questão, formação profissional em nível de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), também nos mostra uma realidade bastante positiva, tendo em vista que 08 dos 12 profissionais têm cursos de pós-graduação, sendo:

1 – 01 profissional	1. especialista em ginástica rítmica 2. especialista em treinamento desportivo 3. especialista em ticon (China)
2 – 01 profissional	1. especialista em educação motora na escola 2. especialista em gestão sistêmica baseada em valores humanos
3 – 01 profissional	1. especialista em fisiologia do exercício
4 – 01 profissional	1. especialista em educação física escolar
5 – 01 profissional	1. especialista em fisiologia do exercício 2. especialista em métodos de pesquisa
6 – 01 profissional	1. especialista em educação especial 2. especialista em fisioterapia manual
7 – 01 profissional	1. especialista técnico em desporto
8 – 01 profissional	1. mestre em educação

Essas respostas nos fazem recorrer a Godoy (1995, p.99) para entendê-las melhor, tendo em vista que, segundo o autor, referindo-se na gestão de 1989 a 1992, a FEF-UNICAMP⁹ foi muito importante no processo de formação profissional dos recursos humanos da então Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo – SELT, pois:

[...] os cursos de especialização promovidos por essa faculdade (ciências do esporte, educação física escolar e educação motora) foram fundamentais para a atuação qualificada dos nossos professores [...]

Entretanto, essas formações profissionais (cursos de pós-graduação) acima relatadas, efetivamente nos possibilitam realizar duas leituras distintas, pois se por um lado ela confirma uma excelente formação para atuação com esportes, por outro dá um diagnóstico de que os profissionais que atuam com lazer na Secretaria, atual SELAM, desenvolvem suas tarefas apenas de forma empírica (trabalhando a prática sem conhecer ou pouco conhecendo da teoria), tendo em vista que seu quadro profissional não foi preparado (de acordo com a pesquisa) para atuação no campo do lazer, ficando a cargo dos gestores repassar os conhecimentos da área, tendo em vista que eles participaram de cursos dessa natureza, sendo:

- | | |
|-------------|--------------------------------------|
| 1. Gestor 1 | 1. especialista em atletismo |
| | 2. especialista em lazer e recreação |
| 2. Gestor 2 | 1. especialista em lazer e recreação |
| | 2. mestre em educação |

Esse fato nos faz recorrer a Pimentel (2003, p.75) para lembrar que para atuação em lazer é importante buscar uma formação profissional onde:

[...] é necessário estudar matérias que estimulem um pensamento crítico sobre a história, a cultura, o meio ambiente, o homem e a sociedade. Concomitante à formação geral, deve-se proporcionar o conhecimento disciplinar, específico do curso, sempre voltado a ensinar o acadêmico recriar e não copiar programas, projetos, metodologias e atividades.

⁹ Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas

Com isso, diferente do que aponta o senso comum, para os quais o profissional do lazer deve ser eminentemente prático, sendo muito criativo, encantador e alegre, sem necessariamente enxergar mais longe questões como o significado sociocultural e político do lazer na vida das pessoas ou as contradições que permeiam esse contexto (WERNECK, 2000), é importante que a academia forme profissionais conscientes, críticos, capazes, criativos e competentes, que eles sejam autônomos, munidos de competência técnica e política, mais imune aos modismos e ao uso ideológico do lazer. (PIMENTEL, 2003).

Concordamos com Werneck (2000, p.145), pois:

Precisamos lutar pela formação de profissionais que estejam na linha de frente de um trabalho interdisciplinar, que estejam preparados e criticamente engajados, ávidos por mudança e pela participação de todos na transformação das vivências de lazer desenvolvidas em nosso meio. Para isso, não basta concebê-los como simples reprodutores: os profissionais têm de ser agentes de mudança capazes de abalar e promover uma reflexão sobre vários fundamentos cristalizados socialmente em nossa cultura; repensar os limites e as possibilidades da situação na qual se encontram; analisar as contradições; identificar horizontes de manobras; correr riscos. Enfim, experimentar a possibilidade de jogar com as regras e com as imposições socioculturais mais amplas, focalizando o lazer, mas procurando não perder de vista suas inter-relações com as outras dimensões que constituem a nossa dinâmica social, tais como o trabalho e a educação.

Verificamos ainda que grande parte da amostra teve sua formação inicial entre dez e dezesseis anos atrás, fato importante para compreendermos a pouca representatividade de disciplinas ligadas ao lazer nos currículos dos cursos da época. Sendo a disciplina Recreação a mais lembrada (80%).

Esse fato nos mostra que apesar de ser importante para a atuação em lazer o conhecimento dessa disciplina (Recreação), não é suficiente, pois quando se tem somente à prática de atividades a atuação torna-se limitada.

Comentários sobre a disciplina:

“Foram somente aulas práticas.”

“Não me lembro com detalhes, somente que era divertido.”

“As aulas só foram suficientes para iniciar o meu trabalho.”

“Com atividades nas faixas-etárias infantil, juvenil, adulta e 3ª idade.”

Com isso, concordamos com Marin (2001, p.127) quando destaca que:

No âmbito específico da formação de profissionais em lazer pelos cursos de educação física [e áreas afins ao lazer], alguns desafios colocam-se como possibilidade de efetivação de mudanças. [um deles é] repensar a permanência da disciplina recreação no currículo, pois esse termo tende mais a restringir a complexidade da temática do que a ampliá-la.

Além disso, é importante promover a interação entre ensino, pesquisa e extensão para que o conhecimento do lazer não se restrinja apenas à disciplina mencionada.

Comentários negativos sobre a disciplina:

“Pouco tivemos, pois o professor estava mais ausente do que presente.”

“Fiz parte do GPL [Grupo de Pesquisas em Lazer – UNIMEP] e como trabalho com a disciplina da área fui pesquisar o assunto.”

Esses comentários nos levam a crer na assertiva das questões levantadas por Chaves *et al* (2003, p.97-98) em sua pesquisa sobre o currículo de formação profissional em lazer nas Instituições do Nordeste brasileiro, destacando que:

- A produção mais recente em forma de livros, teses e dissertações não é indicada nos programas das disciplinas Recreação e Lazer;
- Não se produzem e não se consomem pesquisas da área;
- A disciplina Recreação e Lazer encontra-se isolada não interagindo com os demais componentes curriculares;
- Predominam as abordagens de caráter didático, com ênfase na dimensão “prática” da disciplina;
- Desconsidera-se a disciplina Recreação e Lazer enquanto eixo curricular;
- Pouca ou nenhuma discussão nos Departamentos sobre as experiências e pesquisas que estão sendo realizadas.

Assim, com essa concepção de currículo fragmentado, a formação do profissional de lazer torna-se confusa, sem que ele saiba como atuar no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, ao invés de uma atuação profissional na busca de transformação da sociedade, possibilitada pela participação crítica e criativa, acabamos por ver o fazer mecânico desses indivíduos.

Com relação ao incentivo por parte da Instituição à participação em cursos de formação profissional, seja ela graduação ou pós-graduação, houve uma divisão simétrica entre três respostas.

Comentários positivos:

“Cursos periódicos em várias áreas durante a graduação e facilidades de ingressar no curso de pós-graduação.”

“Cursos de formação profissional; SESI; SESC e apoio universitário, palestras.”

“Atualmente não estamos tendo muitas oportunidades, mas em outras épocas tivemos apoio da Secretaria [SELAM].”

“Dependendo da administração o incentivo é total.”

Essas respostas, e, sobretudo, o último comentário, nos remete a Godoy (1995, p.98) que afirma que:

Por parte da coordenação da SELT [em 1989] os professores tiveram a oportunidade de elaborar seu plano anual de atuação de acordo com sua competência específica e sua preferência, adequadas às necessidades da comunidade, [tendo] vários professores envolvidos em programas de mestrado e professores especializados através de cursos de ótima conceituação acadêmica [...] sem o qual não acreditamos ser possível à implementação de propostas novas, transformadoras e de qualidade.

Comentários negativos:

“Temos que fazê-lo fora do período de trabalho e muitas vezes o curso desejado não é no dia que podemos.”

“Em várias oportunidades solicitei dispensa para participação em cursos e congressos e nunca tive resposta afirmativa.”

“Todas as especializações foram pagas por mim e não houve dispensa das atividades, tive de repor as horas usadas.”

“É muito necessário o incentivo a cursos e especializações para mim. Gostaria que a prefeitura desse uma bolsa de 50%, mas a resposta é sempre negativa.”

Para os profissionais que responderam nunca terem recebido incentivos para participar de cursos de formação (graduação ou pós-graduação), acreditamos que deveria haver uma política de formação profissional como já houve em gestões anteriores.

Outros comentários sobre incentivos:

“Nunca tentei, mas acredito que [o incentivo é] com o pagamento de 50% do curso que se queira fazer.”

“Nunca tentei.”

“Ainda não tive interesse.”

“Na Secretaria de Esportes ainda não tentamos devido ao tempo de lotação, mas na educação, em 25 anos, havia permissão, mesmo em horário de trabalho.”

Como verificamos acima, alguns profissionais ainda não tiveram interesse em buscar incentivos para o seu aperfeiçoamento profissional, por não sentirem necessidade, ou por terem sido transferidos recentemente de outra secretaria.

Tratamos ainda da questão da interdisciplinaridade nas ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM junto à área do lazer, cujas discussões foram as seguintes:

Comentários positivos:

“Eu acho importante pela integração das diversas áreas, pois assim trará conhecimentos diferenciados no desenvolvimento das atividades.”

“Muito importante porque traz muitas informações específicas de sua área de atuação.”

“Acredito que a soma de tudo que fazemos pode vir a aumentar as chances de termos êxito no que fazemos.”

“Acho muito positivo e interessante.”

“Ótimo, hoje em dia temos que nos aliar a outras áreas para podermos atender melhor a população.”

“Excelente, pois melhora a participação em todos os interesses culturais do lazer.”

“Ótimo, existe espaço para todos os profissionais tendo vontade e dedicação profissional.”

“É importante desenvolver atividades com ajuda de parceiros como por exemplo: Saúde, com aferição de pressão, diabetes. Aqui há parcerias como essa e está sendo bem aceita pelos frequentadores.”

“Não há contratação de outras áreas para o lazer. A Secretaria trabalha com alguns professores de educação física e completa com estagiários e funcionários de serviços gerais e outros cargos inferiores (por conta de horas extras). [esse pessoal de apoio monta e toma conta dos brinquedos móveis].”

Apesar da maioria dos profissionais da SELAM verem com bons olhos a questão da interdisciplinaridade no lazer, os dois últimos comentários nos remetem a pensarmos que o lazer, para alguns, só é bem visto quanto está atrelado a algum outro conceito, como melhorar a saúde, segurança, assistência social, enfim, de forma assistencialista, como explanado anteriormente no referencial teórico. Além do fato de que, apesar de terem conhecimento sobre a importância da atuação de diversos profissionais, tais como: turismólogos, assistentes sociais, sociólogos, arte educadores, tecnólogos em lazer, entre outros, junto a programas e projetos de lazer, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM, não contrata tais profissionais, tendo com pessoal de apoio, auxiliando na montagem e supervisionando os brinquedos móveis, auxiliares administrativos e de serviços gerais, fato importante para gerar discussões futuras.

Comentários positivos, mas com reservas:

“Acredito ser de fundamental importância pela diversidade de conhecimento e ações que ‘devem/podem’ ser desenvolvidas com a população. Mas acredito que a coordenação deve ser a cargo do profissional de educação física.”

“Todos devem ser bem vindos, desde que objetivos e metas sejam bem definidos para não haver mal entendido ou profissionais sem função específica, o que não somaria nada a ninguém.”

“Vejo com bons olhos, desde que não tentem invadir nossa área de atuação. Exemplo: exercício ilegal da medicina e da educação física.”

Ao longo dos últimos anos muito vem sendo discutido sobre quem são os profissionais mais qualificados para atuação em lazer, havendo por parte de alguns conselhos profissionais de algumas áreas, a luta pela chamada reserva de mercado, entretanto, acreditamos que há espaço e necessidade de atuação de diversas profissões no campo do lazer, não somente da educação física, sendo ela a mais indicada para atuar com os conteúdos físico-esportivos do lazer.

Considerações Finais

Ao iniciarmos nossas considerações gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que essa pesquisa, tal qual o fenômeno lazer, deve ser entendida como historicamente situada. Com isso, apontamos para o fato de que em Piracicaba, no momento presente, as questões referentes à formação profissional para atuação em lazer na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM se caracterizaram da forma escrita anteriormente, o que não garante que outras cidades, nem mesmo as da mesma região, ou as do mesmo porte (físico e econômico) possam passar por processos semelhantes; contudo, há indícios, sobretudo nesse referencial teórico, dos benefícios causados, inclusive para a comunidade, quando se valoriza o quadro de pessoal, incentivando a formação e qualificação tanto dos profissionais quanto dos voluntários, na área do lazer.

Por meio do exposto anteriormente, percebemos que a grande necessidade atual é a retomada da política de recursos humanos, principalmente no sentido de valorizar e dignificar o trabalho dos profissionais que atuam na secretaria, utilizando mecanismos

para desenvolver tanto a formação quanto a qualificação, além de disponibilizar espaços de discussão específicos sobre as áreas de atuação da SELAM, esportes, lazer e atividades motoras, no sentido de oportunizar a prática consciente, valorizando o conhecimento de todos na construção de propostas criativas de trabalho.

Assim, devemos entender que o lazer é um espaço privilegiado da ação educativa lúdica, solidária e ousada, que pode possibilitar a ampliação da visão de mundo dos participantes, dando-lhes oportunidades de concretizar desejos fundados no jogo da realidade e de aventurarem-se pela complexidade de valores, experiências e identidades culturais, e que sua prática deve acontecer com base em alguns elementos que emergem da vida pessoal, sofrendo influências do local e das pessoas que interagem nesse processo.

Notamos em nossa pesquisa que nos últimos anos, principalmente 2006 e 2007, foram construídos e reformados muitos equipamentos específicos de lazer, na cidade. Esses espaços foram entregues as comunidades por meio das suas lideranças, e apesar de acreditarmos que muitas comunidades estão organizadas no sentido de manter esses locais é importante que tenham, também, animadores socioculturais para dar vida a eles, atuando de forma consciente e qualificada.

Para que ocorra essa intervenção consciente é necessário que sejam formados e qualificados profissionais que se preocupem muito mais do que com o fazer habitual, e suas atividades devem ter relação com a vida cotidiana e o desenvolvimento dos indivíduos; para isso é importante buscar a participação popular, procurando compreender como se processa suas relações sociais e quais seus desejos e aspirações. Os sujeitos aqui são protagonistas da história e não simples espectadores, boa parte das atividades são meios e não fins em si mesmas, não se procura apenas acabar com o tédio

da vida fatigante do trabalho, apesar do descanso e do divertimento serem importante no lazer, mas o componente desenvolvimento também precisa ser buscado, ou oportunizado.

A partir da observação participante e da aplicação dos questionários encontramos uma situação favorável à boa atuação profissional em esportes, principalmente pelo fato de todos os pesquisados serem formados em educação física e a grande maioria ter uma ou mais especializações na área, porém o entendimento de lazer é ainda restrito, tendo como fator principal para isso o fato de nenhum dos profissionais ter formação específica na área do lazer, ficando a cargo dos gestores repassar os conhecimentos específicos. Contudo, é necessário esclarecer que apesar do entendimento restrito e do desenvolvimento quase exclusivo dos conteúdos culturais físico-esportivos do lazer, a SELAM vem desenvolvendo alguns projetos permanentes, relacionados ao tema, como: Jogos Comunitários, Construindo o Futuro, Terceira Idade, Clarear, Desporto de Base, Programa de Férias; além de muitos eventos.

Entretanto, com relação ao desenvolvimento dos conteúdos culturais, é importante destacar, que tanto no Programa de Férias, quanto nos eventos Olimpíadas da Terceira Idade, Olimpíadas Especiais e Jogos Infantis, são desenvolvidos outros interesses culturais do lazer, como os manuais, os artísticos e os sociais.

Quanto à formação profissional requerida, a específica do lazer, deve ter um sólido referencial teórico de forma que permita uma melhor compreensão crítica da prática possibilitando um novo olhar que a modifique e aperfeiçoe; além de permitir o domínio dos diversos conteúdos culturais do lazer, fato que não acontece atualmente na cidade pesquisada, tendo em vista que a grande preocupação está centrada em desenvolver os interesses físico-esportivos.

Verificamos também que é de extrema importância que as universidades, dialogando com especialistas na área e com a comunidade, favoreçam uma reformulação do currículo, ligado ao lazer, de modo que ele seja mais amplo e possibilite a formação de sujeitos capazes de realizar trabalhos emancipadores; além disso, deve promover eventos e estudos sobre temas relacionados ao lazer, no intuito de ampliar as discussões e entendimentos da temática, convidando especialistas, a comunidade acadêmica e a população para discutir melhor o assunto.

Por fim, destacamos que é imprescindível que a instituição pesquisada mantenha processos contínuos de qualificação e desenvolvimento dos profissionais e dos voluntários em lazer, mas é preciso também que os próprios profissionais, hoje professores de educação física, encarem que o aprendizado é um processo contínuo e não termina com um curso de graduação ou de pós-graduação, principalmente pelo fato de que a posse de habilidades e conhecimentos adquiridos na formação profissional, nem sempre leva a um sucesso das ações desenvolvidas no plano profissional.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre.** 2003. 192f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BENINCÁ, Elli; CAIMI, Flávia Eloísa. **Formação de professores: um diálogo entre teoria e prática.** Passo Fundo: UPF, 2002.

BOENTE, Alfredo. **Metodologia científica contemporânea para universitários e pesquisadores.** Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. *In: MOREIRA, Wagner Wey. Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI.* Campinas: Papyrus, 1992. p.161 – 179.

_____. Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. *In*: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esporte. **O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas**. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995, p.13-17.

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Obra coletiva da editora Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAUDURO, Maria Teresa. O profissional de educação física e suas competências específicas. *In*: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papyrus, 2003. p.31-46.

CHAVES, Márcia *et al.* **Lazer e recreação no currículo de educação física**. 2. ed., Maceió: EDUFAL, 2003.

CRISTAN, Mara Lúcia. Políticas públicas para o esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 11, n.3, p.186-189, Dez. 1990.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade o estágio curricular: subsídios para a discussão. *In*: ALVES, Nilda (org). **Formação de professores: pensar e fazer**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.09-36.

FREITAS, Ricardo Ferreira; HELAL, Ronaldo; PIZZI, Fernanda. Indústria cultural. *In*: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.112-116.

GODOY, João Francisco Rodrigues de. A experiência da secretaria de esportes, lazer e turismo da prefeitura do município de piracicaba (1989 – 1992). *In*: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org). **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papyrus, 1995. p.87-101.

GODOY, João Francisco Rodrigues de (Org). **Desporto de base: jogando para o desporto**. Piracicaba: UNIMEP, 1992.

LINHARES, Célia Frazão Soares. Trabalhadores em trabalho e seus professores: um desafio para a formação docente. *In*: ALVES, Nilda (Org). **Formação de professores: pensar e fazer**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.09-36.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. (Org). **Políticas públicas. Setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores associados, 1996.

_____. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3. ed., Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. *et al.* **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano** – políticas públicas. Curitiba: OPUS, 2007.

MARIN, Elizara Carolina. Currículo e formação do profissional do lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.23, n.1, p.123-130, Set. 2001.

MATOS, Lucília da Silva. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. *In*: MARCELLINO, Nelson carvalho. (Org). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 117-140.

PIMENTEL, Giuliano. **Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional**. Jundiaí: Fontoura, 2003.

PINHEIRO, Humberto Lippo. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. *In*: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papyrus, 2003. p.137-155.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da prefeitura municipal de Belo Horizonte - MG. *In*: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. p.61-70.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v.10, n.11, p.47-68, jul. 1998.

RAMALHO, Betania Leite; NUÑEZ, Isauro Beltrán; GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

REQUIXA, Renato. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

TURINO, Célio. **Na trilha de Macunaíma: Ócio e trabalho na cidade de São Paulo**. São Paulo: Senac, 2005.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR – DEF/UFMG, 2000.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. A formação profissional no lazer em nossa moderna sociedade: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.47-65, set. 1998.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v.10, n.11, p.31-46, jul. 1998.

Endereço dos Autores:

Gustavo André Pereira de Brito
Rua Praia do Bessa, 2113 – Ponta Negra
Natal – RN – CEP: 59094-120
Endereço Eletrônico: britogustavo@hotmail.com

Nelson Carvalho Marcellino
Endereço Eletrônico: marcelin@supernet.com.br